



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



dificuldade –, mas também tínhamos, e temos ainda, persistentes problemas com o déficit operacional do setor público. Não se trata dos gastos só da União: são os gastos da União, dos estados, dos municípios e das empresas estatais.

Esse déficit, embora não seja assustador, e não é, nós o estamos controlando. Os senhores sabem com que dor de coração controlamos, por exemplo, salários no setor público federal. Muitos governadores estão fazendo um esforço imenso, e o Ministério da Fazenda tem apoiado esses governadores. Eu não quero nominá-los, porque poderia me esquecer de algum, mas há um espírito novo na administração estadual, também, e na municipal.

Apesar disso, nessa fase de transição, até que as finanças se reorganizem, nós ainda temos que lidar com o déficit do setor público. E é mais fácil baixar a taxa de juros, que eu mostrei que estamos baixando, do que controlar certos fatores macroeconômicos, o gasto, a questão fiscal. A questão fiscal depende dos juros, que nós estamos baixando, mas depende, fundamentalmente, da reforma da Previdência e da reforma administrativa. E nós não conseguimos fazer passar até hoje essas duas reformas, que – renovo o meu apelo aos líderes aqui presentes – são fundamentais. Sem elas, nós não vamos ter o horizonte completamente tranquilo no que diz respeito ao déficit público, e esse é o problema que nos atazana. Repito, não o estou usando como argumento, até porque o Governo tem capacidade operacional para evitar que isso provoque uma desorganização na estabilização da moeda, no Real. Nós temos demonstrado capacidade para isso, com muito esforço.

A Previdência, para se equilibrar, tem feito um esforço imenso, e, mesmo assim, estamos sempre no limite. Em dezembro, tomamos dinheiro emprestado para pagar o 13º salário. Não achávamos que fosse justo que a população sofresse as consequências da nossa impossibilidade de termos controlado esses déficits. Esse é um problema que preocupa. Mesmo assim, fizemos economias. Nós cortamos, como os senhores sabem, muitos benefícios que são privilégios de servidores públicos federais. Tivemos uma redução de cerca de 1 bi-

lhão de reais nessa área e, também, na Previdência Social, no combate à fraude, com a eliminação de privilégios e a proibição de acumular salários. Conseguimos, através dessas medidas, ainda que sem a reforma necessária, manter as coisas relativamente sob controle. Essa é uma preocupação.

A outra preocupação, muito comumente mencionada, é o setor externo da economia brasileira. O que acontece é o seguinte: com a abertura da economia, nós tivemos acesso a matérias-primas e a equipamentos. A tarifa nominal média a que já me referi, de 12%, mostra o grau de abertura da economia. A economia abriu bastante de 1991 para 1992. Houve a grande queda, mas depois nós mantivemos a abertura, que teria um ritmo menor. Portanto, a abertura foi realmente feita em governos anteriores ao Governo do Presidente Itamar Franco, mas nós a continuamos, consciente e deliberadamente, porque ela é essencial para a modernização do País e para que haja o bem-estar da população. Pois bem, com essa abertura houve acesso a bens de consumo. Isso é normal nas economias contemporâneas.

A população se habitua a novos padrões, exige mais qualidade, mas no nosso caso, basicamente, houve, evidentemente, um aumento da corrente de comércio nos dois sentidos, quer dizer, aumentaram tanto a exportação quanto a importação – em certos momentos, a exportação cresceu mais depressa, até como taxa diferencial, do que a importação.

Não obstante, a balança comercial – pode-se ver na outra tabela –, as exportações e as importações estão ali, estão caindo agora. Mas não queremos isso. Queremos que as duas voltem a subir, porque no mundo contemporâneo é assim. O que vale é perguntar o que é que se está importando. Basicamente, o que estamos importando, embora não tenha nenhuma tabela aqui, são máquinas, equipamentos e matéria-prima, 70% nisso, em equipamento e matéria-prima. Isso significa que um eventual déficit da balança comercial, que neste ano não vai passar de 3,5 ou 4 bilhões, é muito pequeno diante do PIB. O nosso PIB neste ano está por volta de 750 bilhões. Portanto, o que é isso? São 4% do PIB. É isso? É pequeno. É menos? É 0,4%. Bom isso é

pequeno, não é nada que assuste. Significa, basicamente, uma mudança do tipo, também, de vinculação da economia brasileira com a economia internacional. E o fato de que estamos importando equipamentos e matéria-prima significa que estamos nos preparando para aumentar a produtividade e a produção e, num passo seguinte, aumentar as exportações.

Então, esse é o processo. Claro, quem quiser fazer uma análise distorcida vai pegar pontualmente, como eu vejo até na telinha – eu sou habitual leitor de telinha de informações. Já não se pode mais medir a inflação dia-a-dia porque não tem mais graça. Agora, descobriu-se uma outra coisa engraçadinha, que é medir a importação e a exportação dia-a-dia. Não adianta nada. É um dado inútil, que, às vezes, serve para botar numa manchete, que, eventualmente, pode aumentar alguma venda, mas que, no dia seguinte, a pessoa já esqueceu, até porque mudou o dado.

Bom, então, é essa a situação. Nós tomamos medidas para incentivar as exportações. Nós fizemos seguro de crédito, ampliamos o Proex, que é um programa de equalização das taxas de juros, para facilitar os procedimentos aos exportadores, desoneramos o ICMS e reduzimos, como mostrei aqui, o custo Brasil. E vamos continuar nessa linha para enfrentar essa situação.

Devo dizer que um sinal muito significativo a respeito da economia brasileira é esse relativo aos investimentos estrangeiros. Vejam os senhores – isto é muito interessante: o investimento direto, até outubro de 1996, foi de 6 bilhões e 630 milhões de dólares. Até o fim do ano, deve ser entre 7 bilhões e 8 bilhões de dólares. Vai chegar a 8 bilhões de dólares. Direto. O outro, de cima, é portfólio, é o capital que vem para ações. Vejam como inverteram tudo. Olhem em 1993 e olhem em 1996. Em 1993, o dinheiro que vinha era para a bolsa. Em 1996, o que vem é para a produção. Isso altera a composição das nossas reservas, que estão por volta de 60 bilhões: 58,6 bilhões. Qual é o conceito dessa reserva? É liquidez, é liquidez internacional, ou seja, nós temos aí, até outubro, 58,6 bilhões, e as reservas, que, no passado, eram o que os economistas chamam de *hot money*, dinheiro

quente, que sai depressa, agora, crescentemente, são de dinheiro estável, o que dá ao Brasil aquela tranquilidade de que qualquer medida internacional não tem como conseqüência um nervosismo aqui, porque essas reservas são nossas, não podem ir embora, só uma parte delas pode. Então, acho que são sinais muito significativos.

Isso tudo foi feito sem que nos esquecêssemos das políticas sociais. Mostrei dados, aqui, quanto às conseqüências quase automáticas da estabilização sobre o bem-estar da população. Isso não exime o Estado de se reorganizar – já falarei sobre isso – e de ter políticas sociais específicas.

Na área da Previdência Social, vê-se aí, com clareza, que os benefícios cresceram muito mais depressa que a inflação. Olhem lá os dados. O aumento do valor real médio do benefício foi de 39% entre 1994 e 1996, em moeda estável. Se isso fosse na época inflacionária, teríamos que deflacionar. Trinta e nove por cento estão deflacionados aí, é aumento real. Mas 39% com a moeda estável, é isso que eu quero dizer, significam muito mais do que o mesmo deflacionado com moeda “instável”, porque, com moeda “instável” se deflaciona, mas na hora que o sujeito recebe já não tem o que comprar. Aqui, não.

Então, esse esforço da Previdência foi feito com esses mecanismos que o Ministério da Previdência tomou para poder sustentá-los. Podem ver por aí que neste ano a concessão do número de benefícios entre janeiro e novembro aumentou, foram 710 mil novos beneficiários, quer dizer, está aumentando a média e está aumentando o número. Então, a carga da Previdência é muito grande, e o Governo está fazendo todo o possível para evitar o déficit, mas ele precisa da reforma da Previdência, sem a qual, num largo prazo, ou num médio prazo, nós vamos ter problemas muito difíceis. E são problemas claros. O diagnóstico está aí, todo mundo sabe que tem que ser feito. É fazer.

Bom, ao mesmo tempo o Governo tomou medidas sobre a chamada renda mínima. Frequentemente se fala em programa de renda mínima. Nós temos programa de renda mínima, vejam aqui, nós temos um programa que foi implantado, por decisão do Congresso, neste Governo: nós estamos atendendo a 280 mil deficientes, 40 mil

idosos, 340 mil crianças e adolescentes, além de 560 crianças, e, aí, é bolsa de carvoaria, de trabalho infantil, no Mato Grosso do Sul. Nós estamos combatendo o trabalho infantil. Isso tudo é renda de dar a quem não tem renda e que nunca contribuiu para o sistema. É redistribuição de renda. É sempre insuficiente, porque o Brasil precisa de muitos milhares, de milhões, mas o Governo tem programa de renda mínima, e, como é sabido, na área rural, onde não há contribuição, onde não houve a contribuição, houve aumento muito grande do número de beneficiários. Isso tem que ser assim, porque essa população precisa de apoio. Não adianta dizer: não contribuíram. Sim, mas o Governo tem obrigação de mantê-los, porque são cidadãos, são pessoas, são seres humanos. Então, nós temos que tirar de quem? De quem tem. O sistema previdenciário tem que ser redistributivo. E é redistributivo. E nós estamos ativos nessa matéria.

Mais especificamente nas áreas das políticas sociais, nós tivemos um avanço grande na descentralização dos serviços de saúde. Podem ver que, no SUS, Sistema Único de Saúde, os municípios que passaram a ter a gestão semiplena subiram de 24 para 137; e a parcial, de 537 para 618. E a incipiente aumentou também, tem mais municípios. Bom, o que acontece? Para isso, nós tivemos que criar mais conselhos de saúde, que passaram de 2.433 para 3.031.

Vejam o que significa implantar programas sociais num país continental como o Brasil. Temos 5 mil municípios. A implantação do SUS requer controle da sociedade: criar os conselhos, colocar nos conselhos os representantes, é um processo, não é um ato, não é uma decisão de império, é um convencimento, é um processo que é também político, de convencer, e é de distribuição de poder também. Vai devagar? Vai devagar. Tem imperfeições? Tem muitas imperfeições. Ontem, o Ministro Albuquerque falou sobre o assunto e todos os Ministros têm que falar sobre o assunto mesmo e temos que agir nessa área; mas não se pode imaginar que nada esteja sendo feito, porque está sendo feito.

Podem ver no gráfico seguinte que há alguns programas que considero, pessoalmente, embora sem ser médico, fundamentais, como o

dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família, que aumentaram consideravelmente. Agente comunitário de saúde é um programa fundamental para as zonas mais pobres do Brasil. É um programa pelo qual se treinam pessoas para dar assistência sobre questões elementares, de asseio, de alimentação, pequenos cuidados médicos, e que são, às vezes, pagas pelas Prefeituras, sempre com o Governo Federal, e recrutadas pelas Prefeituras locais. Esse programa tem uma incidência positiva imensa sobre a saúde média da população.

E vejam que nós aumentamos muito o número de agentes comunitários de saúde. Por definição, esses agentes são transitórios. Já há movimentos para que se transformem em funcionários públicos, evidentemente distorcendo-se tudo, porque são serviços eventuais, uma fase da vida de quem presta serviços. Se nós transformarmos tudo isso em funcionário público, não vai dar certo. Então, o Governo reage a isso, mas é muito favorável a contar com mais agentes de saúde, assim como com os médicos de família. Podem ver os dados aí sobre os médicos de família, equipes médicas nos municípios; quer dizer, isso tem a ver, realmente, com a população mais pobre do Brasil.

Esses são os programas de que o Brasil precisa. Eu, ontem, disse, ao dar posse ao novo Ministro da Saúde, que não se trata de não ter uma medicina curativa de Primeiro Mundo, primeiro nível. Temos que ter. Mas nós temos que atender nossa população, que não está vivendo no Primeiro Mundo e que precisa, sim, de uma assistência mais prestante. E essa assistência mais prestante depende dessa reorganização, da ênfase nas campanhas epidemiológicas, no atendimento às famílias, no agente comunitário de saúde, na nutrição. Evidentemente, aumentando-se a quantidade de ingestão protéica, vai melhorar a condição de saúde da população. E vai acontecer, porque já está acontecendo – peço que mostrem – uma redução drástica na taxa de mortalidade infantil.

Sei que esses dados de mortalidade infantil devem ser manejados com cuidado. Não estou querendo transformar isso em bandeira de sucesso, mas há órgãos internacionais que acompanham. A Igreja os

acompanha. Esses dados passam por esse crivo. Talvez, estatisticamente, seja cedo para dizer qual é o efeito em termos de proporção, mas os senhores podem verificar, aí, que a redução – aqui há uma tabela que mostra a redução – varia de estado para estado, nos estados mais pobres, de 28% até 60%, na questão da mortalidade infantil. É muito forte. É claro que a redução é mais forte no início dos programas, porque muda qualitativamente. Depois, essa taxa tende a cair com menor velocidade.

Bem, acho que é um desafio. Quero que o ano que vem seja o Ano da Saúde. Já disse isso ontem. Nós temos que colocar holofotes sobre a questão da saúde, com muita liberdade de crítica. O Brasil não está dentro de caixotes mentais. O que se fez é bom, mas pode-se fazer melhor e, quem sabe, outras coisas. E com coragem. Vamos enfrentar a questão da saúde. Vamos precisar de uma mobilização do Governo para isso.

Quero dizer que este ano, que está terminando, foi o Ano da Educação. Nós fizemos muita coisa, com a ajuda do Congresso. Aqui, quero agradecer ao Ministro da Coordenação Política, Luiz Carlos Santos, que foi Líder no Congresso e, hoje, é Coordenador Político do Governo; agradecer aos Líderes do Governo e aos Líderes dos partidos, porque os que não acompanham o dia-a-dia não sabem o que é isso, não sabem o infinito trabalho que custa convencer, aceitar as modificações necessárias – às vezes, até, não são as que o Governo deseja –, e compreender que é importante criar uma linha de força que permita avançar.

Agradeço ao Ministro Luiz Carlos. Agradeço a todos os Líderes, porque, graças a eles, só na educação, para dar um exemplo, nós aprovamos uma mudança constitucional de impacto fundamental, o chamado Programa de Valorização do Professor, que alterou a distribuição de recursos. Os senhores sabem o que significa distribuir recursos entre estados e municípios de uma área do Brasil para outra, em que umas vão dar dinheiro a outras, em que as zonas mais pobres vão ter dinheiro e as mais ricas, que não são ricas, vão perder dinheiro? Não é fácil. Foi feito.

Foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – oito anos no Congresso! – com a cooperação de muitos setores. Quero fazer uma homenagem ao Relator da lei, o Professor Darcy Ribeiro, autor no Senado, se o Ministro Paulo Renato me permite. Darcy Ribeiro. O substitutivo do Darcy Ribeiro. Foi de grande valia o que foi feito lá, e a Câmara entendeu e alterou o que era necessário. E o Ministro Paulo Renato se excedeu em ajudar nessas transformações.

Isso foi feito neste ano. Eu dei dois exemplos. Mas, na educação, nós fizemos o Provão, que é mudar a mentalidade. O Brasil, hoje, precisa de conferir qualidade, não é só número, não, é qualidade. E, em matéria de educação, a exigência de qualidade é fundamental para o professor e para o aluno. Houve reação corporativa. Lamento registrar que reitores federais se insurgiram contra um programa de avaliação de qualidade. Eu, que sou professor universitário – fui a minha vida inteira –, não entendo isso e o tinha dito diante de maus reitores. Não entendo isso, porque significa abdicar da condição da dignidade universitária, que é a qualidade. Em outras matérias, é a igualdade na renda, na saúde, mas, na educação, o desempenho é a qualidade. Pois bem, fizemos o Provão. Fizemos muitas coisas na área da educação.

Agradeço, de novo, ao Congresso e quero dizer, usando a educação como exemplo, que agradeço ter aprovado muitas matérias. Quero dizer que o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado agiram em harmonia com o Poder Central. Harmonia não é submissão, é compreensão das necessidades do Brasil. Muitas vezes, há compreensão equivocada, de que existe vontade de ingerência. Não da minha parte. Os senhores são testemunhas, senhores Líderes, de que sempre estive disposto a discutir e a transigir, quando fosse necessário, em função da argumentação e até mesmo em função de contingência política, para poder seguir adiante o caminho.

Os Presidentes da Câmara e do Senado tiveram uma atitude correta para com os seus respectivos pares e para com o Governo. Acho que isso é um fato auspicioso no Brasil. E deve existir essa harmonia. A Constituição diz isto: independência e harmonia entre os Poderes. É

isto que estamos vivenciando: independência e harmonia entre os Poderes. Graças a isso, nós pudemos mexer na questão da educação. Vou dar dados sobre livros didáticos, merenda escolar, TV Escola, etc.

Já mencionei, mas repito, ainda na área social, que, na questão relativa ao emprego e à qualificação profissional, os recursos do Pró-emprego e do Proger, do Ministério do Trabalho, foram de 1 bilhão e 700 milhões e de 1 bilhão, ou seja, 2 bilhões e 700 milhões no total; e mais o ensino profissional, a qualificação profissional, 200 milhões, ou seja, quase 3 bilhões de reais na questão da qualificação profissional, tendo sido treinados 170 mil no Proger e 570 mil na qualificação profissional. São números grandes e serão maiores no ano que vem.

Quero esclarecer, também, que é a mesma coisa com a merenda escolar, que aumentou, e nos programas do Comunidade Solidária, nos quais o número de municípios atendidos aumentou de 302 para 1.111; no programa de saneamento e habitação; no de alimentação, etc.

Muitas vezes, as pessoas vêm equivocadamente os números. Estou cansado de ver comparações assim: "O Governo está gastando menos..." Menos do que e em quê? E por quê? O ideal de um governo não é gastar mais, não, é produzir mais. Muitas vezes, gastou menos porque aumentou a produtividade, e a comparação fria de números não diz nada, a não ser quando as pessoas querem enganar ou têm alguma razão política. É claro que, em áreas em que houve diminuição da oferta, aí, sim, a crítica vale. Mas só comparar números de orçamento em geral não adianta.

E o orçamento, como se sabe, no Brasil é autoritativo. Não adianta comparar o orçamento de um ano com o executado no ano seguinte, porque a comparação não é justa: tem que comparar o que se gastou mesmo num ano com o que se gastou no ano seguinte. Eu gostaria até de ver essa comparação feita aí... E a explicação que o Governo tem que dar ao País? Por que gastou menos? Por que aumentou a produtividade? Por que cortou o programa? Há programas que devem ser cortados, por serem inúteis ou por não terem o desempenho necessário.

Então, faço um apelo, aqui, aos Ministros, para que prestem as informações, e à mídia, para que seja mais exigente quanto à qualidade da informação prestada pelo ministro e por ela própria, para que a população entenda qual é o processo que está em marcha.

Quero dizer também que a reforma agrária é outro item, nessa matéria, que mostra, assim como mostram os outros programas, ser um tremendo equívoco imaginar que o Governo se preocupa só com o mercado e com a economia, e não com o resto. Estou dando os dados. Também é um tremendo equívoco pensar que isso seria possível sem a economia ir bem. São solidários.

É uma visão estática, errada pensar: ou a economia ou o social. Não. Não é tudo pelo social, tampouco tudo pela economia. Isso é passado. É tudo junto, tudo é pela população. E a população precisa tanto de desenvolvimento econômico quanto de políticas sociais. Um governo que se preze não se encolhe, se expande, mas se expande para o bem, ou seja, para atender a quem precisa, de maneira eficiente, e não crescendo a máquina. E não se pode imaginar que uma máquina grande, monstrenga, que em seu interior está cheia de privilégiros, seja boa para o País, porque não é. Então, aí tem que reduzir.

Pois bem, nós nunca deixamos de insistir na importância da reforma agrária. Não faltou quem criticasse, não faltou quem dissesse que não se fazia nada. Os dados falam mais forte do que qualquer comentário. Neste Governo, em 1995 e 1996, nós desapropriamos 3 milhões de hectares de terra. Quem tem alguma noção de número e de hectare e do que significa isso sabe que é uma massa importantíssima de terra desapropriada. "Ah" – dir-se-á – "desapropria, mas não assenta." Pois bem, nós assentamos, e eu estive lá, com o Ministro Jungmann, com o Presidente Sarney e com a Governadora Roseana, lá, no Maranhão, numa comunidade chamada Cumbique, para distribuir títulos que correspondiam a 100 mil famílias assentadas. Cem mil! Sabem qual era o projeto meu, de campanha? Cem mil em dois anos.

Nós discutimos muito – o Paulo Renato nos ajudou muito nesse programa e sabe disso – a questão, se seria possível ou não, porque era um número audacioso. Claro que alguns concorrentes falavam

em milhões, porque não têm noção, não têm noção do custo, da possibilidade, da eficiência da máquina; então, podem falar o que quiserem. Nós falamos com seriedade. A média histórica, do Brasil, de assentamentos é de 16 mil famílias por ano. Doze mil – eu tenho falado em 16 – 12 mil por ano, me corrige o Ministro. Nós estamos tendo, em média, 50 mil por ano, 100 mil em dois anos. E, até o fim do Governo, vamos chegar a 280 mil famílias.

Assentamos, portanto, 100 mil famílias em dois anos. Se a média for 12 mil, dá 8 vezes mais do que a média. Dá para reclamar? Dá para dizer que o Governo não está tomando as medidas necessárias? É necessário fazer a ocupação de terra produtiva para isso? Ou isso é provocação política? Vamos dizer as coisas como são: nós queremos fazer reforma agrária, mas não vamos aceitar que haja pura e simplesmente desordem, a pretexto da reforma agrária, porque isso prejudica a reforma agrária. Estamos assentando.

Mais do que isso: o Congresso aprovou três leis absolutamente modernizadoras nessa matéria. O Congresso aprovou uma lei que faz com que os promotores acompanhem o processo de desapropriação. O Congresso aprovou a lei do chamado rito sumário, que era uma exigência, e os primeiros que vieram aqui falar comigo sobre isso vinham como se fosse impossível, desafiando o Governo, na certeza de que o Governo seria incapaz de fazê-lo e de que teriam uma bandeira para criticar. Graças à compreensão do Congresso, à extensíssima negociação lá feita, foi aprovada, por unanimidade. E, ontem, o Congresso aprovou o ITR, o imposto territorial rural.

Eu me recordo, como parlamentar, das tentativas do passado, muito mais tímidas do que essa, e os governos não conseguiram várias aprovadas, governos aos quais eu me opunha. Eu votava a favor, porque sabia da importância disso, mas não conseguiam aprovar. Desta vez, aprovamos por unanimidade.

Também quero reconhecer a ação do Congresso e, no caso específico da reforma agrária, do Relator, que foi o Senador Jader Barbalho; e a ação, reitero, dos Líderes, do Ministro Coordenador, dos Presidentes das duas Casas. Isso é um marco na história do Brasil

contemporâneo. O problema dessa lei do ITR não é aumentar a arrecadação, é mudar a qualidade, é, realmente, tornar a terra improdutiva onerosa para quem quiser detê-la. Isso foi aprovado, por unanimidade, pelo Congresso Nacional.

Quem ainda pudesse imaginar que o Brasil não está mudando e que o Governo é neo-qualquer-coisa está se esquecendo de que este é um governo que está fazendo o que o povo precisa, porque está comprometido com o anseio popular. Por isso, não tem receio de levantar as teses mais difíceis, não está preocupado com outra coisa a não ser o bem do País e não quer saber se a bancada tal ou qual vai votar a favor da reeleição ou não. Votem como quiserem. O importante é o Brasil.

Nós vamos continuar agindo dessa maneira. E o Congresso está agindo dessa maneira. A reforma agrária, o que foi feito, em termos do marco jurídico, é, realmente, um marco. E o efeito está aí visível, em termos das famílias que estão avançando, além do Pronaf, que eu já mencionei aqui, para beneficiar os que têm terra.

Devo dizer também, repetir, que fizemos a renegociação da dívida; podíamos tê-la feito antes, já disse isso mais de uma vez. É que é difícil. É difícil até de entender a temática. Mas nós fizemos, nós vamos aumentar a área plantada. Está começando a haver uma recuperação da renda agrícola, porque os preços internacionais estão bons e porque a população está consumindo.

Enfim, Senhores Ministros, Senhores Líderes, talvez eu tenha me estendido além do que seria razoável. Falta muita coisa a dizer. Falta dizer que, na área da cultura, houve um avanço imenso no que diz respeito à sustentação, pelo Governo, de filmes. É uma coisa muito importante a produção de filmes no Brasil.

No que diz respeito ao patrimônio histórico, nós tomamos uma decisão importante, de apelar às empresas estatais para que elas, ao invés de fazer publicidade de coisas que não têm tanta relevância, sustentem a vida artística e cultural do Brasil. Estão fazendo. Estão fazendo no teatro, estão fazendo em vários setores da área cultural.

Eu não poderia deixar de dizer, para finalizar, que nós não nos esquecemos do meio ambiente, em que a ação tem sido muito consis-

tente por parte do Ministro do Meio Ambiente e da preocupação global do Governo. Vamos fazer uma conferência no Rio, ainda, chamada de Rio+5, cinco anos depois da Conferência de 1992. Hoje, a questão do meio ambiente se incorporou à temática de todos os níveis do Governo.

Estamos ativos na questão, também aí, da irrigação, porque é importante não só por causa da questão agrícola, mas também em termos de condições de vida da população. Retomamos uma questão que no Brasil era posta à margem: a defesa nacional. De alguma maneira, legitimamos o tema como um tema do País. Dei diretrizes claras às Forças Armadas sobre a finalidade da política de defesa nacional. Distribuimos-a a todas as Chancelarias do mundo. O Brasil tem uma política clara de defesa nacional. Precisa ter, e tem. Foi feita com o apoio do Governo e do País, será discutida no Congresso, foi feita não só pelos Ministros Militares, mas também pelos Ministros da Justiça, Casa Civil, Relações Exteriores, Assuntos Estratégicos, para retomar a questão, com seriedade, da defesa nacional.

Não tive nenhuma dúvida em verificar o que está acontecendo no serviço de informações. Pela primeira vez na história do Brasil, o Presidente da República foi lá para conhecer uma turma nova de agentes de informação, com a imprensa presente, fotografando, para mostrar que é um assunto importante. E o marco é a democracia, o marco é a Constituição. Portanto, tem legitimidade no País.

E não nos esquecemos, nunca, dos direitos humanos. Repusemos o tema. Áreas difíceis, como a da reparação de eventuais atropelos no passado. Difícies. O Presidente teve que se manifestar com certa reserva, em dada ocasião. Respeitou as decisões. O Congresso apoiou, o País também.

Mexemos na questão dos negros, mexemos na questão das mulheres, retomamos esses temas. E na dos índios. Pena que não esteja aqui, hoje, o Ministro da Justiça, que, agora, sabe tanto de índios quanto os antropólogos. Parecia ser uma catástrofe internacional quando tomamos uma medida para tornar mais estável a base jurídica da demarcação das terras indígenas, e os mesmos grupos de

sempre, que vivem, hoje, de buscar recursos lá fora, porque têm que dizer que aqui vai haver uma grande ameaça, se mobilizaram. Não houve país aonde eu fosse em que não recebesse uma carta, como se este Governo, dirigido por um homem que é membro da Associação Brasileira de Antropologia desde a sua fundação, fosse capaz de tomar alguma medida que fosse em detrimento do interesse das culturas indígenas. É pura exploração política.

Pois bem, o Ministro repôs nas bases certas a questão das demarcações, e demarcamos mais terras do que qualquer outro governo no Brasil. Não vou dizer os números porque não os tenho de cor. São milhões de hectares. Os indígenas dispõem, hoje – são cerca de 300 mil –, de 11% do território nacional. E as poucas reservas, três ou quatro, onde ainda há dúvidas sobre os limites estão sendo negociadas com muita compreensão e com absoluto respeito ao direito dos indígenas e também daqueles que, há mais de cem anos, vivem nessas terras, porque não nos leva um atropelo. A mesma atitude democrática de respeito dos direitos vale para todos os brasileiros, indígenas ou não indígenas, embora, evidentemente, o respeito à terra e à cultura indígena seja um marco da nossa política indigenista.

Em poucas semanas, talvez, o Ministro da Justiça poderá dizer ao País e ao mundo que, efetivamente, cumpriu aquilo que disse que faria: deu estabilidade jurídica às terras indígenas. E as poucas pendências foram resolvidas com absoluto respeito aos indígenas. Hoje, o próprio Cimi de Roraima começa a reconhecer que foi assim.

Talvez eu tenha me excedido em ver o lado mais positivo nesse balanço, porque eu tenho certeza de que não faltarão aqueles que vão chamar a atenção para os lados menos positivos.

Muito obrigado aos senhores. Eu pediria, agora, que, se algum ministro... O Ministro Kandir quer acrescentar alguma coisa?